

## **A MORALIZAÇÃO DA VOZ DOCENTE (FINAIS DA MONARQUIA E I REPÚBLICA)**

José Viegas Brás & Maria Neves Gonçalves  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa – UID-OPECE –  
Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos

### **Resumo**

Com a presente comunicação, pretendemos analisar a importância do associativismo para dar voz aos docentes no sentido da construção da sua profissão. Trata-se de mapear o movimento associativo durante a Monarquia Constitucional e na I República e saber o que mobilizava os professores para se associarem, que valores e condições de possibilidades eram atribuídos à profissão docente, que tipo de intervenção lhe era exigida (e que os próprios professores exigiam de si mesmos) para a construção do cidadão ideal, formatado com a consciência dos seus direitos e deveres ao serviço da ideologia republicana.

Para explorarmos o tema em questão, abordámos os normativos, os congressos pedagógicos, a imprensa de educação e ensino e os debates parlamentares.

### **Introdução**

O exercício da actividade docente foi historicamente entendida como uma “vocação”, um toque quase divino que deveria encher de orgulho os felizes contemplados. O escolhido portador do “dom” mais não tinha que fazer do que cumprir a missão que lhe tinha sido predestinada, exigindo-se da sua parte um certo desprendimento pela remuneração do seu trabalho. Se cruzarmos esta questão com a efeminização que se fez sentir no início da actividade docente, particularmente no ensino primário, a dificuldade em desencadear o início da construção da profissão docente aumentou consideravelmente. Isto porque se tratava de um “dom” que assentava particularmente bem à natureza da mulher. Só ela tinha a sensibilidade necessária para o exercício desta actividade peculiar. E como é sabido, no quadro da divisão do trabalho, a remuneração do trabalho feminino foi discriminada negativamente, pois era vista apenas como um complemento do sustento familiar. Em nosso entender, estas questões podem de algum modo ter contribuído para atrasar as preocupações com a construção da profissão docente. Entre a institucionalização pública da instrução (da responsabilidade do Estado) e o primeiro sinal do associativismo docente ainda decorre um tempo considerável.

Veja-se que o monopólio da instrução que pertencia à Companhia de Jesus, existia desde D. João III, foi-lhe retirado por alvará de 28 de Junho de 1759, e os estudos menores foram institucionalizados por Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772. Foi com o Marquês de Pombal que se deu início à estatização da instrução pública em Portugal. A partir desta data, o ensino

passa a ter um carácter público e inicia-se a criação dos estabelecimentos de ensino e o provimento dos professores das escolas menores (Adão, 1997:41-70; Bárbara, 1979:21-25). No entanto, só nos finais do século XIX é que começamos a verificar que os professores primários se vão organizando em instituições cada vez mais mobilizadoras da classe, criando associações, no sentido dado por André Robert (1995:155) “qui dit association d’une catégorie particulière de professeurs dit, quasi automatiquement, construction de son identité contre une autre catégorie”.

Com efeito, a criação de associações de professores constituiu historicamente um dos passos mais importantes dados no sentido da profissionalização<sup>1</sup> da actividade docente e desempenham um papel importante na definição da profissão docente bem como na defesa dos seus membros (Adão, 1984; Nóvoa, 1987), marcando “decisivamente, em diferentes momentos históricos, o próprio processo de construção da profissão docente” (Teodoro, 1990: 111). Os sindicatos devem ser vistos também como um tipo particular de associação docente tendo por objectivo “conseguir condições de trabalho conformes às exigências de justiça social” (Monteiro, s.d.: 6) A actividade profissional desencadeia-se desejavelmente num quadro de liberdade, o que implica ter a possibilidade e a responsabilidade de dar forma ao que se faz. Aspirar a ser profissão é escolher a ser sujeito colectivo da liberdade individual, o que nos remete à ética, quer dizer ao espaço de construção da mútua dependência. Por isso, todo o trabalho que se quer profissional se desenrola num quadro de luta constante, na busca de um espaço de afirmação, reconhecimento e autonomia. Isto permite, como dirá Pintasilgo (2003: 17) afastar-se da imagem do funcionário e aproximar-se, de algum modo, da figura ideal do intelectual.

A pertença a uma associação resulta da avaliação estratégica do indivíduo, o que quer dizer que em princípio cada um tem que verificar que existem benefícios (vantagens) da sua livre adesão, seja por questões de reputação do grupo profissional, seja por questões de poder sobre o mercado de trabalho ou de acesso à carteira profissional. A ser assim, a existência de associações profissionais indicia, como já referimos, o arranque do processo de profissionalização docente. “O primeiro aspecto a realçar é, com efeito, o papel fundamental da Associação – concebida como uma Associação de iguais, para a defesa dos seus interesses, morais e materiais – para garantir as características distintivas da profissão, relativamente a uma qualquer ocupação” (Freire, 2006:324-325).

Diz-nos também o mesmo autor (Freire, 2006:162) que “o nível de adesões obtido por uma associação é, pois, um importante indicador da concordância expressa pelos membros potenciais com as orientações e os resultados conseguidos pelos dirigentes associativos. Assemelha-se a uma consulta eleitoral ou a um mercado, em que os votantes ou os consumidores manifestam as suas preferências «premiando» ou «castigando» as várias alternativas que se lhes oferecem”.

Segundo nos refere Lousada (2004:27) “o associativismo livre conheceu em Portugal uma vitalidade importante durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX”. Conforme ainda a mesma autora, entre os finais do Antigo Regime e a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional em 1933, regista-se a criação de inúmeras associações de todo o tipo. Considerando, por outro lado, o que nos diz Nóvoa (1991:25), se “o movimento associativo desempenhou um papel primordial na construção da profissão docente”, interessa saber qual a ideia de profissão que se faz, quer dizer, se os professores se pensam como uma ou várias profissões docentes. Isto é importante porque a maneira como se organizam (formas associativas) indicia a maneira como pensam a sua profissão. Entre as diferentes dimensões da identidade, a dimensão profissional tem uma importância particular. Isto porque o trabalho tem um papel estruturante no processo de construção das identidades, devido às formas de vinculação (identificação) que acciona e promove, o que o associa simbolicamente às pertenças profissionais, pelos saberes específicos que referenciam os diferentes grupos, fixando cada um numa posição social, quer dizer, numa certa forma de pertença a um corpo profissional que se traduz numa certa identidade (Tavares, 2007: 35).

Neste sentido, destacamos como objectivos da nossa pesquisa as seguintes perguntas-guia: (i) qual a génese e desenvolvimento deste tipo de organizações? (ii) quando surgem? (iii) qual a abrangência que procuram vincular e veicular? (iv) quais as características do movimento associativo? e (v) qual a dimensão (massa) do fenómeno associativo?

No sentido de responder a estas questões, elegemos dois eixos temáticos de análise: o movimento associativo docente (Monarquia e I República) e as representações de ser professor na I República.

As fontes utilizadas foram as seguintes: os normativos, a imprensa, os congressos pedagógicos e os debates parlamentares (telegramas, representações e ofícios do *Diário da Câmara de Deputados* e *Diário do Senado da República*).

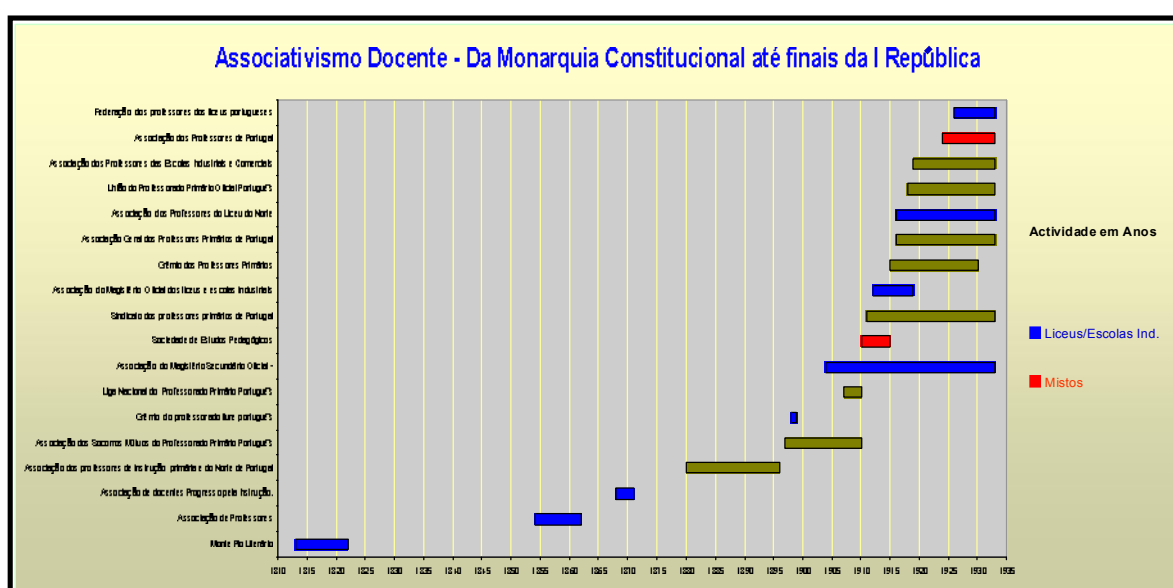
## **2. - Associações, reconhecimento e visibilidade Profissional**

Como a criação de associações de professores foi um marco significativo para a profissionalização da actividade docente, o percurso dos professores primários durante o século XIX é caracterizado, segundo Nóvoa (1987), pelo (i) desenvolvimento de conhecimento próprio, de uma saber específico inerente à sua profissão, (ii) pela transformação do seu papel social; e (iii) pelo melhoramento do seu estatuto profissional. Para a afirmação da profissão docente, foi marcante o papel desempenhado pelas Conferências Pedagógicas, oficializadas pela Reforma de 1878, e pelos Congressos Pedagógicos. Estes eram momentos de reivindicações

profissionais, bem como expressão da vitalidade do seu associativismo. Também a imprensa pedagógica deu um relevante contributo para a constituição das associações, como reconhece, aliás, o então director da *Educação Nacional*, António Figueirinhas: “muitas regalias de que o magistério hoje frui bem como o associativismo da classe, são devidas à sua imprensa” (ano XI, nº 567, 28 de Julho de 1907: 41).

Façamos, a largos traços, uma incursão pelo associativismo docente. O gráfico que a seguir apresentamos pretende dar uma imagem dos momentos e das diferentes instituições docentes que se formaram desde a Monarquia Constitucional até finais da I República.

Gráfico nº 1 : Distribuição Temporal do Associativismo Docente.



Os primórdios do associativismo docente remontam ao início do século XIX, com a criação, em 1813, da primeira Associação de Docentes – Monte Pio Literário que não é nem de longe, uma organização de tipo sindical, inscrevendo-se, pelo contrário, no espírito da confraria tradicional (Fernandes, 1989: 63). Marcada por divisões internas e problemas financeiros, essa associação não prosperou.

Passados alguns anos, é criada em 1854 a Associação de Professores – presidida por Sousa Brandão e secretariada por Luís Filipe Leite – e tem um órgão de imprensa, *Jornal da Associação dos Professores* (1856). Esta publicação aborda, entre outros aspectos, os seguintes: (i) questões ligadas à união e coesão entre os professores; (ii) insucesso escolar; (iii) características e selecção de manuais escolares; e (iv) a apologia da uniformidade dos compêndios: “dentro das aulas régias os métodos e os compêndios devem ser uniformes, sem contudo se proibir o uso de quaisquer outros para consulta, e mesmo a ampliação dos adoptados,

que um ou outro professor julgue convenientes” (*Jornal da Associação dos Professores*, 1ª série, n.º 3, 1 de Dezembro de 1856: 18).

Em 1868, surge a Associação de Docentes Progresso pela Instrução e em 1886 a Associação dos Professores de Instrução Primária de Lisboa com o objectivo de reunir-se em assembleia-geral para votar por unanimidade as bases para a Federação do Professorado. Um articulista da *Revista de Educação e Ensino* sinalizava os motivos que presidiram a esta agremiação.

“O que determinou a Associação de Professores Primários a tomar a iniciativa foi o facto de conhecer os vexames de que todos os dias estão sendo vítimas os nossos colegas das províncias, principalmente os das freguesias rurais, onde é matéria corrente a falta não só de pagamento dos minguados vencimentos dos professores mas ainda das gratificações de frequência e de exames” (ano I, 1886: 230).

Em 1897, é criada a Associação de Socorros Mútuos do Professorado Primário Português<sup>2</sup>. Curiosamente no 3.º Congresso Pedagógico – que se realizou no Porto em Dezembro desse mesmo ano – um dos temas abordados foi precisamente a Associação de Classe. António Figueirinhas, entusiasmado, escrevia a este respeito: “Está conseguida – e só isso faria a honra dum Congresso - uma das mais levantadas aspirações da classe. O seu ideal é, enfim, um facto” (ano II, n.º 66, 2 de Janeiro de 1898: 113-114)

No ano seguinte, surge o Grémio do Professorado Livre Português, que publicou uma revista *O Ensino Livre* e que visava, como se depreende pelo título, a apologia do ensino privado e dos professores particulares<sup>3</sup>.

Nos alvares do século XX, mais precisamente em 1904, nasce a primeira associação que se apresenta como representativa dos interesses dos professores liceais – a Associação do Magistério Secundário Oficial - a qual publica, a partir desse mesmo ano, o *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*<sup>4</sup>. A extinção da publicação no ano de 1908 corresponde, segundo Gomes Bento (1973), ao declínio da actividade da Associação, que só renascerá em 1911, já em plena República, inicialmente com outro nome – Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais e que, em 1913 contava apenas com 200 sócios, o que equivalia a 50% dos professores (Bento, 1976: 63).

Em 1905, é constituído o Conselho Directório da Liga da Imprensa Pedagógica e em 1907, é criada a Liga da Imprensa Pedagógica<sup>5</sup>.

Em Janeiro de 1910, é fundada a Sociedade de Estudos Pedagógicos que constituiu “a matriz de todos os projectos generosos de renovação da escola portuguesa “ (Bento, 1978:79), reunindo professores primários, universitários e liceais o que propiciou espaços de debates e de confronto das realidades dos diferentes níveis de ensino.

### 3. - O reforço do tecido associativo na I República

O período republicano representa uma fase de intensa actividade, ganhando o movimento associativista um carácter cada vez mais sindical, paralelo a uma gradual radicalização ideológica. Um articulista do jornal republicano *O Século* reconhecia o florescimento das agremiações antidinásticas e constatava o seu inestimável contributo educativo: “Às associações republicanas deve grandes serviços a causa da instrução, porque a elas estão anexas escolas onde o ensino é ministrado segundo os resultados pedagógicos mais eficazes” (ano XXX, n.º 10249, 20 de Junho de 1910). Na verdade, os republicanos desempenharam um papel curial quer na promoção da instrução quer no movimento associativo:

“São republicanos os professores que mais se empenham na organização associativa do professorado primário. São republicanos os pedagogos que participam activamente nos congressos pedagógicos. São ainda republicanos, os docentes que fundam revistas pedagógicas ou nelas colaboram” (Adão, 1984: 42).

E para Rogério Fernandes (2005) a manifestação de forças políticas organizadas em torno do republicanismo, do socialismo e do anarquismo repercutiu-se seriamente no associativismo docente, estimulando a participação dos professores na construção de um ideário pedagógico e profissional.

É neste contexto que após a queda do regime monárquico, foi criado em 1911, o Sindicato dos professores primários de Portugal. E, logo no ano seguinte, promove na Escola Normal do Porto um curso de trabalhos manuais orientado por um pedagogo suíço enviado pelo Bureau Internacional dos Sindicatos e que envolveu 120 professores. Em 1913, é consultado pelo governo quanto ao projecto de reforma do ensino primário. Um articulista d’ *A Federação Escolar*, escrevia esperançado:

“O Sindicato vai, pois, prestar mais um belo serviço à classe dos professores primários, proporcionando-lhes um certame em que a sua voz se faça ouvir, traduzindo o clamor das suas reivindicações económicas e afirmando princípios e doutrinas pedagógicas” (*A Federação Escolar*, 12 de Outubro de 1913).

No ano de 1911, a Associação do Magistério Secundário Oficial - fundada em 1904- passa a designar-se Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais.

Em 1915, é instituído o Grémio dos Professores Primários e, no ano seguinte, são criadas a Associação Geral dos Professores Primários de Portugal e a Associação dos Professores do Liceu do Norte.

Em 1918, aparece a União do Professorado Primário Português, que foi, no dizer de Nóvoa, “a mais importante organização do movimento sindical dos professores portugueses” (1987 vol. II: 707), ao ponto de contar, em 1920, com aproximadamente 7000 sócios (havia cerca de 9000 professores oficiais em todo o país). O órgão de imprensa desta associação, *O Professor Primário*, proclamava em 1921: “A União do Professorado Primário Português é um organismo sindical. Primeiro, nós, regionalistas e profissionais. Depois os políticos” (n.º 93, de 9 de Junho de 1921). Esta associação foi motivo de acesas críticas no Senado, por parte do Senador e então director geral interino do ensino primário, Silva Barreto, que não hesitar em interpelar o Ministro da Instrução, António Ginestal Machado, para que a dissolva:

“Está provado que a União do Professorado Primário Oficial é uma sociedade sem existência legal, provado que os seus estatutos nem sequer têm aprovação superior, provado que no Ministério da Instrução nem mesmo são reconhecidos. V. Exa., Sr. Ministro da Instrução, tem o dever, depois de tudo isto ser reconhecido como verdades inofismáveis, de mandar dissolver a sua organização” (*D.S.R.* sessão nº 25, 12 de Setembro de 1921: 24).

Ainda no período da I República surge em 1919 a Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais e, em 1924, a Associação dos Professores de Portugal, impulsionada por um núcleo de professores primários de Leiria e cujos associados eram principalmente professores do ensino primário e da Escola Normal e que visava “abranger todas as categorias docentes e a constituir uma vanguarda na luta ideológica” (Bento, 1978: 93).

No ano da Ditadura Militar surge a Federação dos Professores dos Liceus Portugueses, em consequência da campanha mobilizadora levada a cabo por professores do Liceu de Aveiro e que impulsionam a Associação do Magistério Oficial a reorganizar a associação sob a forma federada. Os professores do Liceu de Aveiro apelam à criação de “uma associação de classe activa e progressiva” e editam a revista *Labor*, dirigida por José Pereira Tavares e Álvaro Sampaio. No primeiro número, os editores explicitam os objectivos que pretendem alcançar:

“Precisamos de demonstrar que à classe do professorado liceal não falta aquele espírito associativo propulsor de todos os movimentos progressivos; precisamos de demonstrar que a nossa classe está perfeitamente integrada no seu tempo e cõnsencia das suas responsabilidades perante a sociedade e perante o país” (*Labor*, nº 1, Janeiro de 1926:53)

#### **4. O associativismo docente no palco dos debates parlamentares**

Por diversas vezes, os professores, através das suas associações, fizeram ouvir a sua voz no Parlamento, fosse por telegramas e ofícios, fosse por representações. A exiguidade do espaço

deste artigo não nos permite explicar com detalhe o conteúdo das suas reivindicações, no entanto, poderemos sinalizar as seguintes: (i) aumento de ordenado, queixando-se da exiguidade dos seus vencimentos; (ii) melhoria das condições de trabalho e denúncia do estado deplorável em que se encontrava a maior parte dos estabelecimentos de ensino; (iii) redução da carga horária semanal lectiva dos professores do ensino liceal<sup>6</sup>; (iv) necessidade de incentivar a frequência escolar e combater o analfabetismo; (v) manter as juntas escolares<sup>7</sup>; e (vi) lutar contra a descentralização do ensino<sup>8</sup>.

Nos gráficos que seguem, podemos visualizar esta informação.

Gráfico nº 2 : N° de ocorrências no Diário da Câmara dos deputados.

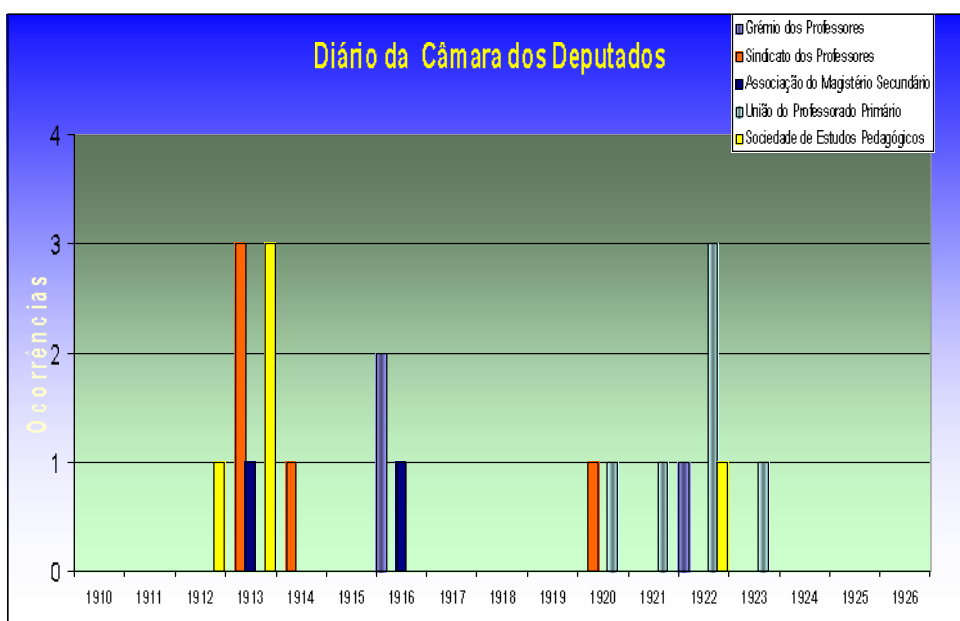
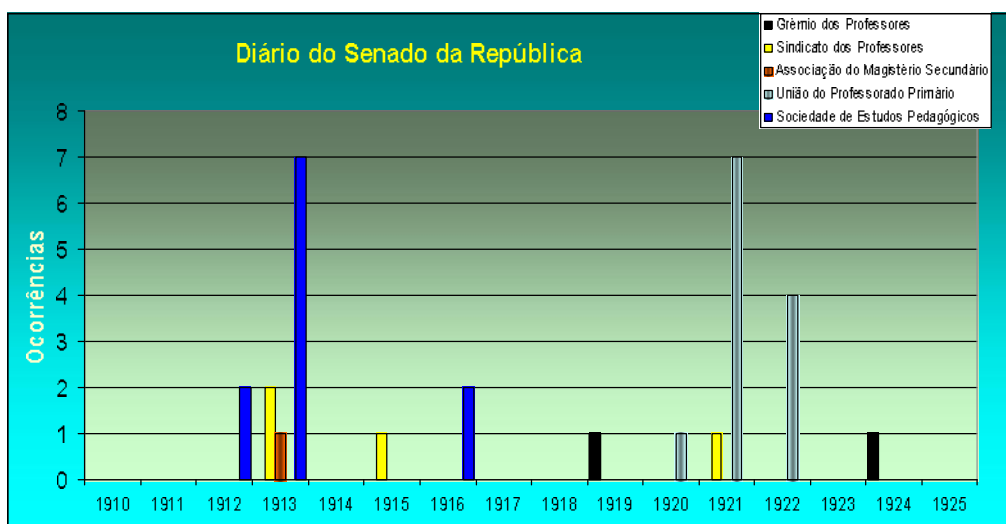


Gráfico nº 3 : N° de ocorrências no Diário do Senado da República

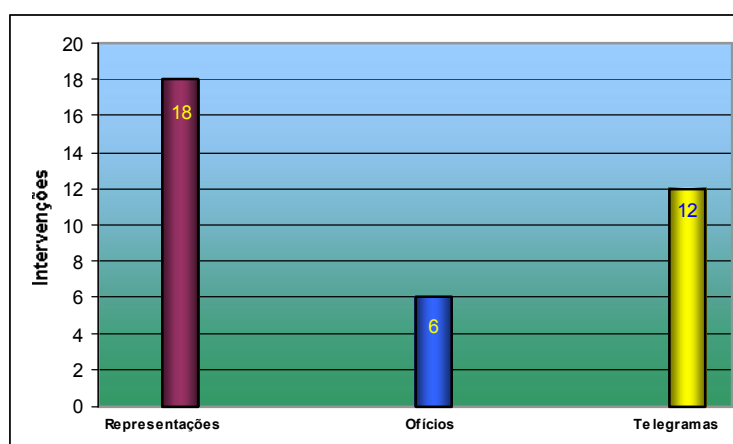


Por estes



gráficos, constatamos que as associações que mais se dirigiram aos parlamentares foram O Grémio dos Professores, O Sindicato dos Professores, a Associação do Magistério Secundário Oficial, a União do Professorado Primário e a Sociedade de Estudos Pedagógicos. O maior número de ocorrências registou-se em 1913, em 1921 e 1922, anos em que houve a promulgação de diversos normativos, o que levou o professor Costa Naves a escrever n' *A Federação Escolar* que a instrução se encontrava num “estado verdadeiramente caótico”, porque todos os dias saíam “leis, decretos, portarias e circulares” e que “essa miscelânea estava a contribuir para anarquizar cada vez mais a escola” (ano XIII, n.º 664, 27 de Agosto de 1924).

Gráfico nº 4: Representações, ofícios e telegramas



Neste gráfico podemos ver o total de representações, ofícios e telegramas entregues pelas associações dos professores no *Diário da Câmara dos Deputados (D.C.D.)* e no *Diário do Senado da República (D.S.R.)*.

## 5. Conclusões

A nossa investigação leva-nos a considerar que o processo associativo despoletou em 1813 de uma forma ainda um pouco tímida, registando-se algum incremento nos finais da Monarquia Constitucional e uma dinâmica de desenvolvimento no período republicano. Pelo apuramento dos dados, constatámos também que os professores não manifestaram um sentimento de pertença como um grupo socioprofissional, pois verificou-se uma grande fragmentação conforme os níveis de ensino. Isto significa que os professores na sua génese não se pensaram como um grupo. A vinculação é mais no sentido do nível de ensino do que à actividade docente. Isto torna-se importante porque faz sentir a profissão de uma determinada maneira. Considerando esta vivência como uma experiência social, diremos que não a podemos deixar

passar despercebida porque constitui um trabalho marcante sobre o que fizemos sobre nós próprios. Como nos refere Dubet (1994:94), “a experiência é uma maneira de sentir e ser invadido por um estado emocional suficientemente forte para que o actor deixe de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjectividade pessoal.” Nós construímos a realidade (neste caso profissional), mas depois esta acaba por nos construir profissionalmente. Cada sociologia da experiência corresponde um tipo particular de *habitus*. Este conceito utilizado por Bourdieu (1997:9) ajuda-nos também a perceber a importância que devemos dar a esta questão. Isto corresponde não só a princípios geradores de práticas distintas e distintivas como também a princípios classificatórios, princípios de visão e de divisão. Este pressuposto leva a que se estabeleça a diferença entre o que está bem e o que está mal, entre o que devemos entender por correcto ou incorrecto em termos profissionais. Esta ideia desloca-nos também para o mundo da utopia (ou não), o que permite uma projecção sobre a construção da profissão. E uma profissão que não tenha utopias, um espaço imaginário de expansão positiva, um projecto de conquista e desenvolvimento, cedo ou tarde acaba por se destruir e sucumbir. Esta reflexão parece-nos de grande pertinência porque uma profissão não se desenvolve apenas com conhecimento científico. Normalmente privilegia-se a dimensão real da profissão e esquece-se que a dimensão irreal (utópica) é de igual modo importante.

É de assinalar também que foi durante a I República que as associações de docentes começaram por fazer ouvir a sua voz reivindicativa no Parlamento através de representações, telegramas e ofícios. E os professores manifestam consciência da necessidade de desencadear e consolidarem o processo de profissionalização. No entanto, este processo não teve as devidas consequências (não ganhou balanço) pelo facto de ter sido proibido desde o início do Estado Novo<sup>9</sup>. Os pontos críticos das suas reivindicações, por ordem de importância, foram os seguintes: Aumento de ordenado; descontentamento face à condição socioprofissional; crítica às condições de trabalho (instalações); combate ao analfabetismo; fim à descentralização; redução do número de alunos por turma; diminuição da carga horária semanal e manutenção das juntas escolares.

Por outro lado, importa cruzar estes dados com o jogo da linguagem dos actores como espaço de identificação - ser professor na I República. Este tipo de análise torna-se também importante porque, como nos refere Heidegger (1986:62), o discurso “deixa e faz ver a partir daquilo sobre o que discorre”. Nesta acepção, podemos dizer que o professor era considerado “sacerdote laico” da República e a escola uma “oficina em que se fabrica o cidadão”<sup>10</sup>, cabendo ao professor defender e veicular os valores republicanos e “ensinar uma moral científica e laica para radicar nas consciências o hábito da liberdade e o ensino do solidarismo” (*Liga Nacional de Instrução. Terceiro Congresso Pedagógico*, Abril de 1912:249). E o aluno da escola

republicana deveria ser um bom cidadão, consciente dos seus direitos e deveres, amar a Pátria e a Nação, respeitar a bandeira nacional e todos os ícones republicanos. Um articulista da *Revista dos Liceus*, num estilo metafórico e hiperbolizado, sintetiza a função do professor nestes termos: “Sacerdote de religião verdadeira, missionário de missão sublime, o professor deve seguir serena e metodicamente o seu caminho e a esse caminho deve iluminá-lo a luz dum ideal” (*Revista dos Liceus*, 1916, 4: 111). Imbuídos desta missão, afigurava-se-lhes importante “declarar guerra aberta à rotina de muitos professores, à preguiça de alguns e ao comodismo da maior parte” e apelar à união e ao associativismo porque, como declarava Álvaro Sampaio, na revista *Labor*: “É desnecessário encarecer as vantagens duma remodelação profunda e urgente na vida associativa dos professores” na medida em que “a todos interessa uma maior conjugação de esforços, uma mais estreita comunhão de vontades, factores essenciais para alguma coisa se obter no campo das realizações” (*Labor*, ano I, nº 1, Janeiro 1926: 53).

---

<sup>1</sup> Autores como Englund (1966), Hargreaves & Goodson (1996) distinguem os conceitos de profissionalização (*professionalization*) de profissionalismo (*professionalism*). Assim, a profissionalização surge como um projecto social e político que relaciona a autoridade e os estatutos da docência realçando os interesses de um determinado grupo profissional; o profissionalismo aparece como um projecto pedagógico concernente apenas às qualidades internas e à competência do professor necessárias ao sucesso da sua actividade docente.

<sup>2</sup> Acerca desta Associação, Amado (2000) sustenta que se tratou do Montepio Oficial do Professorado Primário. Sobre o impacte do associativismo mutualista do professorado primário oficial português no associativismo de classe para o período que medeia entre 1925 e 1930, consulte-se Amado (2000).

<sup>3</sup> Sobre esta temática, consulte-se Adão (1998) e Gonçalves (2007:213-225).

<sup>4</sup> Para uma melhor apreensão do conteúdo deste *Boletim*, consulte-se Pintassilgo (2003:17-25). Veja-se também o Anexo deste artigo.

<sup>5</sup> Os jornais que integraram a Liga da Imprensa Pedagógica e respectivos representantes foram *O Campeão Escolar* (Leonídio Cerqueira de Vasconcelos), *Civilização Popular* (Manuel José Ferreira), *Hermínio* (Manuel de Almeida Carvalho) e *Educação Nacional* (António Figueirinhas) (*O Campeão Escolar*, ano II, nº 92, 20 de Outubro de 1905: 1).

<sup>6</sup> O decreto de 1905 fixa em 12 h a carga horária semanal obrigatória do professor liceal. Em 1908, o gabinete de Ferreira do Amaral aumentou-a de 12 para 14 h. A Associação do Magistério Secundário Oficial denuncia, em 1913, numa representação ao Presidente da Câmara dos Deputados, a tentativa de aumento das horas lectivas semanais para 16h (*D.C.D.* sessão n.º 95, 12 de Maio de 1913: 5).

<sup>7</sup> O decreto de 1919 cria as juntas escolares, uma forma de retirar às câmaras municipais todo o poder sobre o aparelho escolar e de promover a participação de professores. O decreto n.º 10:776 de 1925 extingue as juntas escolares, contudo o Parlamento, face à reacção generalizada da classe, acaba por revogar o referido decreto a 30 de Junho de 1925.

<sup>8</sup> A título de exemplo, atentemos numa representação dirigida ao *Senado*: “Descentralizar a instrução num país, cujo povo geralmente não a tem, e portanto não a compreende, é sujeitar o professor a tiranias de vária espécie, é concorrer para o estacionamento ou até para a ruína da base de todo o progresso” (*D.S.R.* sessão n.º 80, 16 de Abril de 1913: 21)

---

<sup>9</sup> Pelo decreto nº 17983, de 20 de Fevereiro de 1930, não são permitidas agremiações de professores com carácter federativo. O decreto nº 23048, de 23 de Setembro de 1933, proíbe, pelo seu art. 39º, aos funcionários públicos de se associarem.

<sup>10</sup> Esta expressão foi utilizada por César da Silva no *Terceiro Congresso Pedagógico da Liga Nacional de Instrução* (Abril de 1912:206).

## Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes

*A Federação Escolar* (1886-1926).  
*Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial* (1904-1907).  
*Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais* (1921-1927).  
*Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública* (1902-1905).  
*Diário da Câmara dos Deputados*, (1911-1926).  
*Diário do Senado da República*, (1911-1926).  
*Educação Nacional* (1896-1919).  
*Jornal da Associação dos Professores* (1856).  
*Labor* (1926).  
Liga Nacional de Instrução (1909). *1.º Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular - Abril de 1908*. Lisboa: Imprensa Nacional.  
Liga Nacional de Instrução (1910). *2.º Congresso Pedagógico - Abril de 1909*. Lisboa: Imprensa Nacional.  
Liga Nacional de Instrução (1913). *3.º Congresso Pedagógico - Abril de 1912*. Lisboa: Imprensa Nacional.  
Liga Nacional de Instrução (1916). *4.º Congresso Pedagógico - Abril de 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional.  
*O Campeão Escolar* (1905).  
*O Professor Primário* (1921).  
*O Século* (1910).  
*Revista de Educação e Ensino* (1886-1900).  
*Revista do Ensino Médio e Profissional* (1913-1916).  
*Revista dos Liceus* (1891-1896; 1916)

### 2. Bibliografia

Adão, Á. (1984). *O estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

Adão, Á. (1997). *Estado absoluto e ensino das primeiras letras. As escolas régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação.

Adão, Á. (1998). O Grémio do Professorado Livre Português: Uma oposição à «Reforma de Jaime Moniz». In *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes* (pp.103-111). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Adão, Á. & Remédios, M. J. (2004). Os “Congressos Pedagógicos” na 1.ª República: espelhos da(s) identidade(s) dos professores primários, *Revista Lusófona de Educação*, (4), 107-119.

Amado, C. (2000). *O impacte do associativismo mutualista do professorado primário oficial português no associativismo de classe (1925-1930)*. Dissertação de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora.

- 
- Bárbara, A. M. (1979). *Subsídios para o estudo da educação em Portugal da reforma pombalina à 1ª República*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Bento, G. (1978) - *O movimento sindical dos professores. Finais da Monarquia e I República*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editores.
- Dubet, F. (1994). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Englund, T. (1996). Are professional teachers a good thing? In Goodson, I. & Hargreaves, A. (Ed.). *Teachers' professional lives*. Great Britain: Falmer Press.
- Fernandes, R. (1989). *O despertar do associativismo docente em Portugal* (pp. 41-49). Lisboa: Instituto Irene Lisboa.
- Fernandes, R. (2005). Roturas e permanências da educação portuguesa no século XIX. In Martins, Ernesto Candeias (coord.). *Actas de V Encontro Ibérico de História da Educação. Renovação Pedagógica/Renovación Pedagógica* (pp. 49-73). Coimbra / Castelo Branco: Alma Azul.
- Freire, J. (2006). *Sociologia do trabalho*. Uma introdução. Porto: Edições Afrontamento.
- Gonçalves, M. N. (2007). *O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878-1910)*. Dissertação de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora.
- Hargreaves, A. & Goodson, I. (1996). Teachers' professional lives: aspirations and actualities. In Goodson, Ivor & Hargreaves, A. (Ed.). *Teachers' professional lives*. Great Britain: Falmer Press.
- Heidegger, M. (1986). *Ser e tempo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Lousada, M. A. (2004). Tradição e renovação nas associações. In Freire J. (org.). *Associações profissionais em Portugal* (pp.21-55). Oeiras: Celta Editora.
- Monteiro, C. L. (s.d.). *O sindicato. Traços fundamentais*. Departamento Editorial de Documentação. Textos de apoio.
- Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, A. (1998). La profession enseignante en Europe: analyse historique et sociologique. In *Histoire & comparaison (essais sur l'éducation)* (pp.147-185). Lisboa: Educa.
- Pintassilgo, J. (2003). Os primórdios do associativismo docente do ensino liceal português (1904-1908). As representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. *Cadernos de História da Educação*, 2, 15-25.
- Robert, A. (1995). *Le syndicalisme des enseignants, des écoles, collèges et lycées*. Paris : CNDP / La Documentation Française.
- Tavares, D. (2007). *Escola e identidade profissional*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.
- Teodoro, A. (1990). *Os professores. Situação profissional e carreira docente*. Lisboa: Texto Editora.

ANEXO

**Associativismo Docente – Da Monarquia Constitucional à I República**

ASSOCIAÇÕES	CRIAÇÃO	ÓRGÃO
Monte Pio Literário	<b>1813</b>	.....
Associação de Professores	<b>1854</b>	<i>Jornal da Associação dos Professores</i>
Associação de Docentes Progresso pela Instrução.	<b>1868</b>	.....
Associação dos Professores de Instrução Primária de Lisboa	<b>1886</b>	.....
Associação dos Socorros Mútuos do Professorado Primário Português	<b>1897</b>	.....
Grémio do Professorado Livre Português	<b>1898</b>	<i>Ensino Livre</i>
Liga Nacional do Professorado Primário Português	<b>1907</b>	.....
Associação do Magistério Secundário Oficial - (passa, em 1912, a ter a designação de Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais; porém, em 1914 retoma o nome original).	<b>1904</b>	<i>Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial</i>
Sociedade de Estudos Pedagógicos (reuniu professores primários, liceais e universitários)	<b>1910</b> <b>(15 de Janeiro de 1910)</b>	<i>Revista de Educação Geral e Técnica</i>
Sindicato dos Professores Primários de Portugal (em 1912 conta com mais de 1000 associados num total de 6000 professores)	<b>1911</b>	.....
Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais	<b>1911</b>	<i>Revista do Ensino Médio e Profissional</i> (publicada entre 1913 e 1916)
Grémio dos Professores Primários	<b>1915</b>	<i>Boletim Pedagógico</i>
Associação Geral dos Professores Primários de Portugal	<b>1916</b>	.....
Associação dos Professores do Liceu do Norte	<b>1916</b>	<i>Revista dos Liceus</i>
União do Professorado Primário Oficial Português	<b>1918</b>	<i>O Professor Primário</i>
Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais	<b>1919</b>	<i>Boletim das Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais</i>
Associação dos Professores de Portugal	<b>1924</b>	<i>Escola Nova</i>
Federação dos Professores dos Liceus Portugueses (em 1930, por força do decreto nº 17983, a Federação passou a designar-se Associação dos Professores dos Liceus Portugueses)	<b>1926</b>	<i>Labor</i> (órgão provisório da classe enquanto se não publicasse o Boletim)